

**ESCOLA NOVA E LIVRO DIDÁTICO:
A IMPORTÂNCIA DO IDEÁRIO DA EDUCAÇÃO NOVA
PARA AS POLÍTICAS DO LIVRO DIDÁTICO**

Karolyna Maciel dos Santos (FACEL/UENF)

karolynamaciel@hotmail.com

Leandro Garcia Pinho (UENF)

leandrogarciapinho@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute uma proposta de breve trajetória do livro didático na história educacional brasileira. Num período que vai do Império até a instauração do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pretende ater-se entre 1930 e 1960, entrelaçando fatos relacionados ao material didático com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando sua essência e suas contribuições para desenvolver esta política pública. Primeiramente, traz-se uma explicitação da política social e educacional em que se situa o PNLD. Depois de debater acerca dos manifestos, culmina-se com os períodos importantes na implantação do livro didático no Brasil, onde ocorreram fatos respeitáveis para o avanço desta política. Por fim, será realizada uma apreciação de um livro didático de língua portuguesa do 5º ano do ensino fundamental, analisando se o mesmo contempla questões de cidadania, além de verificar se existem princípios escola-novistas em suas ideias principais.

Palavras-chave: Política pública educacional. Livro didático. Escola Nova.

***1. Situando o PNLD como política social e educacional –
considerações sobre a importância do livro didático***

Esta pesquisa pretende analisar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) enquanto uma política pública educacional. O tema será discutido com base na legislação que regulamentou o PNLD em 1985, pela Lei nº 91.542, promulgada com o objetivo de universalizar o acesso ao livro didático a todos os alunos do ensino fundamental de escolas públicas. Considera-se o livro didático como uma importante ferramenta pedagógica que influencia o fazer docente em sala de aula e, como tal, necessita ser tratado com devida relevância.

Estudos como o de Stamatto (2011) apontam que, no Brasil, desde o Período Imperial já se pensava na questão do livro didático, mas nesta época ele era conhecido como compêndio, e possuía geralmente origem

estrangeira. Inclusive, a Constituição do Império já determinava que os professores deveriam escolher os compêndios com os quais trabalhariam, “contanto que as doutrinas estivessem de acordo com o sistema jurado pela nação” (*Idem*, p. 245). Desde então, vários avanços foram ocorrendo, mas em 1930 os debates a respeito ganharam força e, com o Estado Novo, importantes decisões foram tomadas. Em 1930 cresce o interesse pelos assuntos educacionais, caracterizando a educação como um passo para a modernização, juntamente com um Estado antiliberal e intervencionista. No início do governo Vargas, em 1930, a ênfase era para criação de cidadãos que reproduzissem o modelo elitista, com a escola exercendo uma função social.

Não se pode compreender o livro didático sem que se discuta as prerrogativas que envolvem sua regulamentação. Assim, neste caso, a legislação que regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático e o instaurou como uma política pública educacional estão diretamente ligados à implementação da Lei 91.542, de 19/08/1985.

Com esta lei, o Estado tem a obrigatoriedade de distribuir gratuitamente os livros didáticos em escolas públicas brasileiras, cumprindo com seu dever de subsidiar a educação no país. Assim, o PNLD assume o papel de política educacional que nas palavras de Cavalcante (2012, p. 1925) “faz menção às diversas e múltiplas ideias e ações governamentais no âmbito educacional. Estas últimas são, portanto, políticas públicas dirigidas à resolução de questões educacionais”. Desta forma, o PNLD surge para atender a uma demanda social e educacional. A partir de 1990, as políticas públicas em educação no Brasil foram pautadas para ampliar seu atendimento e para focar no público a que se destinam. Assim, como ressalta Amaral (2012), se traduzem em ações compensatórias que pretendem minimizar os desequilíbrios sociais que o mercado capitalista instaurou. Estas políticas recebem financiamento de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que interferem nas diretrizes de sua elaboração e diminuem o papel do estado, que passa apenas a coordenar e controlar estas ações.

Acredita-se que discutir a respeito de políticas públicas educacionais é um caminho eficaz para entender os processos de dominação, que se instalam na sociedade brasileira desde sua formação. É possível compreender as relações de domínio de uma elite capitalista, detentora do poder, que dita todas as regras, sobre uma massa desprovida de recursos, vivendo apenas para atender às necessidades e anseios mercadológicos da camada dominante. Entende-se que as políticas públicas vêm para le-

gitimar esta dominação, mascarando esta verdade em nome de uma escolarização da população, que acredita que está recebendo uma dádiva, e não um direito.

O livro didático é um material muito rico, que contribui para a história da educação, principalmente por carregar consigo conteúdos com teor de representações sociais, traduzindo valores e ideias de cada época em que se insere. Ele também demarca o currículo de uma escola, mostrando sua identidade e a concepção filosófica que cada instituição defende, indicando estar imbuído de uma função social. Quando se encontra em desacordo com este princípio e não atende às propostas particulares das unidades de ensino, perde seu verdadeiro sentido, deixando de exercer influência sobre os educandos e fazendo com que a escola perca sua identidade.

2. *O processo de escolha do livro didático – o importante papel do professor*

Ainda que o livro didático seja tema gerador de polêmicas e recebedor de inúmeras críticas, é um instrumento fundamental para ser usado nas escolas. Para Mantovani (2009, p. 20), pode-se perceber “o quanto esse instrumento foi importante para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento escolar pelo menos nos dois últimos séculos”. Desta forma, considera-se que o livro didático é um material básico para o processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula brasileiras, uma vez que sistematiza os conteúdos, servindo de suporte para professores e alunos. Portanto, este material é considerado uma grande fonte de informação e, se utilizado corretamente, tem muito a contribuir com o fazer pedagógico.

Considerando que a escolha dos livros didáticos, feita com a participação dos professores, pode não ser realizada de forma crítica e sistemática, é válido ressaltar que existem interesses altamente capitalistas na implantação do Programa no país, que perpassam pela movimentação do mercado editorial e pela elitização da escolha dos livros, posto que são selecionados por especialistas que não os utilizam em sala de aula. Desta forma, há uma tendência de que os autores escrevam para aprovação do MEC e não para os verdadeiros interessados, que são os professores e os alunos.

Percebe-se então que o papel do professor se limita a apenas refe-

rendar escolhas de técnicos do MEC, não tendo autonomia na pré-seleção dos livros, o que diminui sua participação no processo de escolha do mesmo. Assim, fica claro que as propostas pedagógicas das escolas não são consideradas em suas particularidades, pois as escolhas pré-estabelecidas pelos especialistas são válidas para todo o país, não cabendo ponderar as individualidades de cada região num Brasil tão diverso. Isto faz com que o Guia do Livro Didático se estabeleça mais como um material orientador e regulador, quem sabe até limitador, das escolhas do professor.

Para que os objetivos do PNLD sejam alcançados, Oliveira (2011) coloca a necessidade de se criarem ações de fortalecimento ao trabalho e a formação dos professores. Estas ações vão desde apoio a pesquisas sobre o livro didático nas universidades até criação de grupos de estudo de docentes, capacitando-os para a escolha e o uso dos livros. Esta última ação possibilita a elaboração de um manual, que orienta ao professor no momento da escolha, colocando este profissional e a escola em comunicação com o Programa.

Enxergando o livro didático como um dos materiais educativos mais utilizados na escola e uma das principais fontes de informação para o aluno, além de ser um instrumento primordial no trabalho docente, é preciso pensar que sua escolha não pode ser uma questão de burocracia e nem um processo mecanicista. O processo de escolha dos livros didáticos a serem usados nas escolas do Brasil deve ser encarado como um exercício da autonomia do professor, que os elege baseado em seus próprios princípios, e não com base nas abstrações de agentes externos à escola.

3. Contribuições das ideias escola-novistas para a expansão da utilização do manual didático no Brasil

A Escola Nova sustentava que a escola era lugar privilegiado para reconstruir o projeto político-social do país. Suas tendências podem ser vistas atualmente nas escolas e métodos de ensino quando se fala em interdisciplinaridade e no desenvolvimento de projetos educacionais, situações presentes em vários fazeres escolares e que são defendidos como partes fundamentais para se formar um cidadão ativo e crítico, que se buscava desde a década de 20 e que se busca até hoje. Contudo, pode-se perceber que a trajetória do livro didático e a proposta reformista dos pensadores Pioneiros ocorreram paralelamente, em um cenário histórico-político significativo para o Brasil, em que a educação recebeu muitos

subsídios e avançou em vários aspectos, mas também teve inegáveis retrocessos.

Após explanação dos motivos pelos quais se escolheu o movimento renovador como parte do referencial teórico, é importante contextualizar o movimento da Escola Nova, que pretendia aproximar a escola da experiência infantil. Teve como educadores principais John Dewey, William H. Kilpatrick e Ovide Decroly. Com ideias elaboradas na Universidade de Chicago, baseava-se no estudo centrado nas experiências do indivíduo, com educação para a vida. No Brasil, a Escola Nova ou Educação Progressiva foi difundida e instaurada no século XX, mais precisamente a partir de 1920, como discute Valdemarin (2010), inspirando diferentes desdobramentos práticos.

Surgindo como uma concepção pedagógica inovadora, foi identificada por eventos que se transformaram em marcos para sua perpetuação. O primeiro destes eventos foi o inquérito sobre a educação de 1926, realizado por Fernando de Azevedo, que tinha como meta ouvir profissionais da educação influentes e mapear todos os problemas, em todos os níveis de instrução. Também se destacam “as edições da revista *Escola Nova*, nos anos de 1930 e 1931; o Manifesto dos Pioneiros, de 1932; a organização de coleções pedagógicas e a reforma educacional do Distrito Federal” (VALDEMARIN, 2010, p. 25). Tais eventos históricos aparecem como estratégias para que o novo se instalasse, utilizando como métodos os manuais didáticos, que modelavam os procedimentos para implementar as políticas públicas inovadoras e introduzir as mudanças nas práticas, contribuindo fortemente para estabelecer as novas ideias como hegemônicas. Neste trecho de Valdemarin (2010) é possível compreender a importância destes eventos para a história da educação no Brasil, principalmente para a propulsão escolanovista neste cenário:

A agitação de ideias provocada pelo Inquérito de Fernando de Azevedo para o jornal O Estado de São Paulo em 1926, teve prosseguimento com ações editoriais, projetou-se nacionalmente por meio do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, assentou bases institucionais na Reforma do Instituto de Educação do Distrito Federal e na elevação da formação de professores ao nível superior que foi interceptada em 1935, tanto no Distrito Federal, quanto em São Paulo. (VALDEMARIN, 2010, p. 111)

Os nomes fortes da Escola Nova brasileira foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, juntamente com os outros educadores que assinaram o Manifesto, com o objetivo de dar novos rumos à educação no país. Para eles, o papel da educação era reformar e regenerar a nação, posto que 1920 foi um período com fortes tendências

políticas e econômicas concorrentes, a fim de colher os frutos no futuro. Estes três nomes influentes ocupavam cargos importantes na educação, num momento em que Vargas se estabilizava no poder.

Cabe aqui realizar um panorama abalizado em Libâneo (1994), atentando-se para o documento que divulgou o pensamento escolanovista, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este Manifesto teve origem na IV CNE, em dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, quando já era hora de redefinir a política educacional com vistas para as novas e modernas teorias educacionais, se propondo a ser “um programa completo de reconstrução educacional, que será, mais cedo ou mais tarde, a tarefa gigantesca das elites coordenadoras das forças históricas e sociais do povo, no seu período crítico de evolução” (AZEVEDO et al., 2010, p. 24). Foi redigido por Fernando de Azevedo, na companhia de mais 23 educadores da época que compartilhavam as mesmas ideias sobre a educação, assinando o manifesto e dele sendo signatários.

Os pensadores da Escola Nova, intitulados Pioneiros, se despreendendo dos interesses de classes, defendiam uma escola laica (sem a influência e a direção religiosa), pública, universal e gratuita, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, tenham uma educação comum, igual para todos, com provimento do Estado. Para eles, a educação deve ser pragmática e ter “o principio da vinculação da escola com o meio social” (AZEVEDO et al., 2010, p. 41). A função da escola vai além da sala de aula, visando a formação de um cidadão consciente, democrático e livre para operar na sociedade e tomar parte dos destinos do Estado a que compete. É valorizada a experiência do aluno e a sociedade em que está inserido, enfatizando também a função social da educação, que variava de acordo com o ambiente e o contexto dos alunos. Com isto, destaca-se que esta educação nova visava a formação da personalidade moral do educando.

No manifesto, os educadores também comentam sobre o ensino superior nas universidades e sobre a formação de professores neste *locus* privilegiado em relação ao curso de magistério em escolas secundárias. Para atingir aos alunos com novos ideais, é preciso primeiramente formar os professores, para que estes possam transmitir os valores e saberes necessários a cada um. Os manuais didáticos e coleções pedagógicas se tornam estratégias para ensinar a ensinar, “constituindo-se numa atividade retórica destinada à sedução, ao convencimento e à conversão, fornecendo um ‘repertório de modelos e hipóteses’” (CERTEAU, 2005, p. 103 *apud* VALDEMARIN, 2010, p. 132). Por este motivo, os livros são introduzidos nos cursos de formação de professores inicialmente.

Na arte de ensino e aprendizagem, a pedagogia nova implica em colaboração, cooperação e integração intensa entre professores e alunos, buscando sempre o conhecimento, pautado em todas as disciplinas que, interligadas, auxiliam na educação moral do indivíduo. Este tipo de pedagogia designa ao aluno um papel e uma função principal. O professor é um agente importante, um facilitador da aprendizagem no processo de ensino, que ampara o crescimento e o desenvolvimento autônomo de seu aprendiz. Libâneo (1994, p. 26), ao mencionar o relacionamento professor e aluno nos princípios escola-novistas, discorre que “não há lugar privilegiado para o professor; antes seu papel é auxiliar o desenvolvimento livre e espontâneo da criança; se intervém, é para dar forma ao raciocínio dela”. Cabe refletir com isso que, o papel do educador é cuidar para que o estudante esteja constantemente participando, proporcionando a ele questões que aumentem seu interesse pelas aulas, gerando atividades de socialização e boa conduta. É trabalho dele sublimar a assiduidade, o asseio (saúde), a pontualidade e a responsabilidade em todas as atividades. Neste caso, não há controvérsias com relação a aplicação de testes de inteligência e de personalidade, revelando uma vertente com influências da psicologia em seus preceitos.

O que distingue da escola tradicional a escola nova não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas”. (AZEVEDO et al., 2010, p. 50-51)

A Escola Nova dos Pioneiros valoriza as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social. Incide em induzir o aluno a procurar o conhecimento a partir de etapas interligadas e seriadas, criando o hábito de observação da realidade concreta e simbólica, analisando e formulando ideias que o levem a generalização ou criação de conjecturas, terminando por confirmar ou negar as informações recolhidas na sua experiência escolar.

O objetivo de realizar estes passos é diminuir a lacuna tradicionalista que existe entre o ensino e a pesquisa. A pesquisa deve originar atitudes que verdadeiramente colaborem para a evolução pessoal e coletiva em sala de aula. Libâneo (1994, p. 26) descreve cinco passos para que isto ocorra efetivamente:

- a) colocar o aluno numa situação de experiência que tenha um interesse por si mesma;

- b) o problema dever ser desafiante, como estímulo à reflexão;
- c) o aluno deve dispor de informações e instruções que lhe permitam pesquisar a descoberta de soluções;
- d) soluções provisórias devem ser incentivadas e ordenadas, com a ajuda discreta do professor;
- e) deve-se garantir a oportunidade de colocar as soluções à prova.

A avaliação acontece durante toda a aprendizagem e ensino, valorizando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais dos estudantes. Por ser contínua, dispensa um momento específico para se avaliar, como marcar data de prova, por exemplo. Destarte, todas as atividades e momentos em aula são favoráveis para a avaliação apreciando o empenho do aluno pela descoberta pessoal.

Mediante a diversidade de técnicas e a metodologia operacional de ensino, na Escola Nova são exigidos variados recursos didáticos, preparação dos educadores e da administração da escola e novas funções, como o de orientador educacional. As inovações que merecem destaque nesta nova pedagogia são: o aparelhamento de centros de interesses, estudos dirigidos, preparação de projetos de pesquisa, organização de fichas didáticas ou esquemáticas e visitas técnicas ou culturais. A fim de que todos esses recursos sejam eficazes e correspondam aos desafios e demandas dos alunos, faz-se mister uma mobilização de soluções financeiras e técnicas que nem todas as escolas, quer sejam privadas ou públicas, conseguem obter. Subtende-se que, o livro didático faz parte desta gama de matérias que auxiliam o fazer do profissional da educação. Este pensamento é colocado no manifesto da seguinte forma:

Daf decorre a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores, que têm a responsabilidade e devem ter, por isso, a direção e administração da função educacional, tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-la. (AZEVEDO et al., 2010, p. 47)

Para disseminar o pensamento escolanovista, foi realizada uma táctica editorial para que os saberes escolares que iriam normalizar a docência pudessem circular. Em 1920 e 1930 o livro se torna fundamental para transformar a cultura do país como se pretendia, sendo utilizado na formação docente para mudar a mentalidade do professorado. Quem produzia os manuais didáticos eram “professores que atuam na formação de professores, mas também orientam institucionalmente o trabalho docente”, como coloca Valdamarin (2010, p. 130). Em nome da modernização pedagógica, inicia-se um processo que prevalecem os interesses particu-

lares, no que diz respeito à questão editorial, uma vez que a circulação dos livros depende da articulação com a legislação, do financiamento dos órgãos públicos e da distribuição gratuita nas escolas. Considerando que os grandes pensadores escola-novistas ocupavam cargos importantes no comando da educação do país, pode-se inferir que o governo apoiou a ideia da circulação dos livros e inflamou o mercado editorial pela procura e divulgação deste instrumento de educação.

De acordo com Valdemarin (2010), por volta de 1930 os livros traziam seu ensino pautado na matéria de geografia, para atender aos anseios nacionalistas da época e de história, que vinha a auxiliar na formação da conduta moral e cívica do aluno. Desde bem pequena, a criança deveria, com base em fatos concretos, aprender sobre sua família, sua casa, os arredores, a cidade, a prefeitura e a bandeira nacional, abordando temas como a divisão do trabalho. As coisas deveriam ocorrer na seguinte ordem:

No início, deve-se aproveitar o interesse dos alunos por estórias e selecionar aquelas que obedecem à cronologia e representam situações típicas da nacionalidade; na fase biográfica, muda-se o foco dos fatos para as pessoas, a fim de fornecer padrões de conduta cívicos. (VALDEMARIN, 2010, p. 158)

Tudo isto era feito estudando o livro, acrescido das intervenções do professor na hora de elaborar as questões e comentários, de acordo com o contexto e realidade trazidos pela criança, para que elas mesmas organizem seu conhecimento sobre o tema. Existia um forte apelo pela preservação da ordem social e de assistência médica pública para os pobres, além de falar do processo eleitoral e de criticar o regime comunista como um retrocesso da civilização. Os manuais também incitavam o professor a ensinar aos seus alunos que deviam pagar impostos, colocando este ato como um dever e que, contribuir era ajudar nas melhorias que o governo poderia fazer para eles mesmos.

Os livros que eram utilizados na formação docente continham capítulos destinados a exaltar o próprio livro como “material didático de máxima importância, quer na formação de uma biblioteca do professor quer na seleção de leituras para os alunos” Valdemarin (2010, p. 175). Assim, vê-se que os preceitos da Escola Nova estão presentes em várias instâncias dos livros didáticos que circulavam naquela época, nas orientações e sugestões de leitura, principalmente nas citações de autores escola-novistas em que Lourenço Filho era o mais citado. Torna-se importante ressaltar que estes manuais trazem exercícios e problemas para que o professor os utilize em sala de aula, mas não se estabelecem como um

material pronto, e sim como um meio para o exercício da reflexão e da crítica por parte deste educador. Os autores acreditavam no poder do livro para modificar mentalidades, e usavam este recurso para alcançar seus objetivos.

Pontua-se que a década de 1930 foi importante no cenário educacional, principalmente no que concerne ao papel social da escola. Com a Revolução de 30, no Governo Provisório, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, dando ao Estado o poder de dominar o ensino no país. Seu objetivo era criar um ensino tão moderno quanto o país que se queria. Não existiam diretrizes gerais subordinadas aos sistemas estaduais, apenas no Distrito Federal, em que os outros estados não tinham por obrigação adotá-las. Como apontam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) uma série de reformas atingiu a vários níveis de ensino (secundário, comercial e superior) pela primeira vez no Brasil, e foram chamadas de Reformas Francisco Campos, o então titular no Ministério. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), foram feitas na forma da lei disposições sobre o ensino superior e o ensino secundário, foi instituído o ensino religioso como facultativo e organizado o ensino comercial.

A questão do ensino religioso facultativo às escolas públicas veio a acontecer devido a mobilização da Igreja Católica em recristianizar o país, promovendo festas religiosas para tentar legitimar sua orientação. Este projeto da igreja recebeu forte repressão dos pioneiros da educação nova, que buscavam um modelo diferenciado e mais moderno de educação, como já citado. Tem-se aí um entrave, posto que o referido manifesto ganhou espaço privilegiado neste panorama, uma vez que a maioria dos reformadores da educação do país faziam parte deste grupo de pioneiros. Desta forma, a proposta do governo em modernizar a educação para que, com isso, o Brasil caminhasse em direção à civilidade e cidadania, andou lado a lado com a Escola nova para alcançar seus objetivos. Com o Estado Novo, em 1937, predominava o discurso de um “ensino específico para as classes menos favorecidas”, como um dever do estado com parceria das indústrias e sindicatos. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA 2004, p. 26).

Este contexto histórico, como visto, foi importante também para a questão do livro didático, pois foi nesta época que o Ministério passou a controlar o ensino público (como reivindicado no manifesto) e os materiais didáticos em escolas públicas, que proibiu o uso de obras estrangeiras e que foi criado o INL e a CNLD, em que o governo adquire e distribui

livros nas escola públicas.

O processo de remodelação pedagógica se ampliou pautado no pensamento de que o conhecimento teórico vem antes das experiências, e o livro didático se instituiu como um suporte para a aquisição destas informações. Com isto, existia uma diferenciação entre o ensino da Escola Nova e o ensino tradicionalista e, estudos apontam que foi difícil sobrepor os ideais novos aos tradicionais.

Apesar de todo o esforço desenvolvido desde as primeiras décadas do século, em fins dos anos cinquenta se percebe que o ensino tradicional ainda persiste, com o mesmo elitismo que o caracterizava desde o princípio. Os professores, embora recebam uma formação que os coloca em contato com os postulados escola-novistas, não possuem capacitação prática para exercitar esses conhecimentos; além disso, não encontram, na escola pública, uma estrutura que permita a efetivação dos ideais renovadores. (CUNHA, 1992, p. 220, *apud* VALDEMARIN, 2010, p. 201)

Mediante a esta informação, entende-se o motivo pelo qual o Manifesto foi reeditado no final da década de 50. O Manifesto dos Educadores de 1959 convocou novamente os pioneiros para trazer à tona as discussões que foram estacionadas após alguns anos. Agora, mais maduros e engrossados por 161 vozes, tornam a analisar o contexto em que o Brasil estava vivendo na educação, propondo sua educação renovadora para resolver alguns problemas que não se solucionaram. O país contava com um professorado mal preparado, analfabetismo exacerbado, evasão escolar. Com a urbanização, a industrialização e o rápido crescimento demográfico foram alguns dos fatores que determinaram o desequilíbrio no sistema escolar.

Este período se torna importante de analisar, pois nas palavras de Azevedo (2010, p. 76) “é nesse mesmo Manifesto, tantas vezes incompreendido e mal interpretado, que foi lançada a ideia que se procura agora concretizar no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em discussão na Câmara de Deputados”. Promulgada a lei 4.024 em 1961, a primeira LDB, não se observaram os avanços pretendidos no segundo manifesto, pois neste contexto, pois foi nesta época que, segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 29), as forças conservadoras e privatistas venceram e trouxeram “sérios prejuízos quanto à distribuição de recursos públicos e a ampliação das oportunidades educacionais”. A antiga geração persistia na luta e somava a seus ideais a oposição aos privatistas, mas não foi suficiente, pois a LDB veio a reforçar o conservadorismo do Legislativo Brasileiro e se submeteu a iniciativa privada e a Igreja Católica.

O Brasil assumiu compromissos políticos, principalmente com o governo norte-americano. Talvez o mais importante tenha sido o acordo entre o MEC e a AID (Agency for International Development), que nas palavras de Shiroma; Moraes; Evangelista (2004, p. 33) se caracterizaram como “os tristemente célebres Acordos MEC-USAID”. Este acordo, apesar de ser citado como “infeliz” para o país, foi imprescindível no que tange ao livro didático, uma vez que, dele saiu a criação da COLTED, em 1967, a fim de distribuir milhões de livros aos estudantes, gratuitamente, em três anos.

Nos anos de 1960 a 1970 a educação foi pensada para formar capital humano, voltando-se para o mercado de trabalho e para o consumo, ou seja, constituindo uma visão econômica de desenvolvimento amparada pelo regime militar. Neste regime, a proposta era ampliar a oferta no ensino fundamental para formar e qualificar, minimamente trabalhadores, além de formar mão de obra altamente qualificada para os escalões mais altos, tudo isto para favorecer o processo produtivo das indústrias. Todo este esforço coopera para a expansão do consumo de livro didático no país, já que estes são consumidos por quantidade de alunos. Aumenta-se o contingente aprendiz (a demanda), aumenta a oferta de livros, gerando um *boom* nas engrenagens editoriais brasileiras.

Como já referido, a LDB não contemplou os princípios renovadores e, com isto, não foi possível realizar a reforma que o governo pretendia, posto que imperavam o privatismo e os interesses da Igreja. Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 39) apontam que:

Ampliar a escolaridade, antiga demanda de educadores brasileiros, exigia uma mudança estrutural na educação elementar, uma vez que a expansão do ensino decorrente requeria um grau de elasticidade e capacidade de adaptação à realidade inexistente nos antigos cursos primário e ginasial. [...] a alta seletividade do antigo curso primário, a elevada proporção de vagas na rede particular e a inexistência de escolas do antigo nível médio na zona rural tornaram impraticáveis a extensão e a obrigatoriedade da escolaridade previstas na lei.

Deste modo, percebe-se que a lei enfocou a quantidade, e não a qualidade. Os recursos para a educação foram diminuídos e, neste contexto, a partir de 1970, o livro didático ficou esquecido no foco educacional, pois agora a visão governamental era para subsidiar o ensino privado.

Em 1980 o país passava por uma enorme crise na educação. Muitos alunos repetentes, analfabetismo, professores leigos e evasão escolar, reprovações, alunos excedentes e miséria, tudo isto com altos índices.

Silva (1983) atribui este fracasso escolar aos alunos que, pobres, possuíam dificuldades de atenção e concentração e ainda necessitavam sobreviver em seu ambiente familiar, deixando para desenvolver as habilidades de leitura e escrita apenas na escola. A oposição pedia mudança, para que este quadro terrível se invertesse. Com o fim do regime militar, em 1985, a Nova República de Sarney prometia transformações e uma democracia, mas foram aspirações que não passaram de desejos populares. O modelo militar ficou de herança e pouca coisa mudou.

As reivindicações se faziam presentes, culminando com o movimento crítico de associações científicas (ANPEd, ANDES, CNTE), criadas para exigir do governo o cumprimento de algumas leis que ficaram esquecidas, em prol de uma educação de qualidade. Defendiam, segundo Shiroma; Moraes; Evangelista (2004) a erradicação do analfabetismo e a universalização da escola pública para formar alunos com consciência crítica. Como se vê, este projeto retoma, em muitas de suas conjunturas, os princípios defendidos pelos escola-novistas. Baseavam-se na melhoria da qualidade da educação, valorização do profissional do magistério, priorizavam a democratização da gestão, previam um financiamento pesado da educação e propunham a ampliação da escolaridade de 0 a 17 anos. Foi em meio a este clima de mudanças e reivindicações que, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático.

4. *Análise do livro de língua portuguesa*

Para validação desta pesquisa, foi analisado um livro didático de língua portuguesa do 5º ano do ensino fundamental, o Porta Aberta. Tal análise se baseou em verificar se o livro contempla questões de cidadania, além de examinar se existem princípios escola-novistas em suas ideias principais.

Apreciando o material didático, entende-se que a obra tem muitos pontos fortes, mas também possui pontos fracos que prejudicam o ensino de língua portuguesa. Não foi encontrado nenhum erro conceitual, mas simplificações de conceitos, fazendo com que não se apresente a linguística com a importância que ela merece. A parte da oralidade fica a cargo do professor, que precisa complementar as atividades do livro com a sua criatividade. Fica exposto que as sequências didáticas instigam a interpretação e produção de texto, contendo exercícios estimulantes que levam o aluno a pensar nas respostas, o que parece ser um ponto forte. Porém, também proporciona atividades que não estimulam o aluno, nas

quais ele apenas precisa procurar a resposta no texto, mostrando duas linhas de ensino distintas e que podem prejudicar a aprendizagem. As seções destinadas ao ensino da língua portuguesa propriamente dita, deixam a desejar, não apresentando os conceitos em sua integridade e empobrecendo as definições linguísticas.

Focando no ponto em que o aluno é estimulado a pensar para responder alguns exercícios, pode-se inferir que há uma maturação da cidadania, pois coloca o aluno em posição crítica, em que deve mostrar sua opinião diante de fatos cotidianos, ou mesmo mediante situações expostas em textos literários. Esta questão está fortemente ligada aos preceitos escola-novistas, haja visto que a instrução parte do que o aluno pensa e sabe a respeito do que se propõe ensinar. Estimulando o estudante a pensar e, posteriormente, produzir um texto, dissertando suas ideias, faz com que o mesmo tenha autoconfiança e saiba que não existe resposta errada quando se parte de análises, pois o que prevalece é o ponto de vista de cada aluno, e não o do professor. Neste caso, o educador é apenas mediador de aprendizagem, levando as informações e deixando que os alunos confluem para chegar ao conhecimento.

O referido livro também trabalha com Projetos, estimulando a convivência em grupo e instigando o trabalho em equipe, uma vez que o projeto oportuniza ao aluno compartilhar suas ideias e aceitar as opiniões alheias, aglutinando todos os pensamentos em busca de um resultado que proporcione sucesso a todos do grupo. Assim, é necessária a participação de todos, onde cada um pode contribuir com suas habilidades e competências.

Nota-se que o livro de língua portuguesa é o mais utilizado pelos professores em sala de aula, sendo tratado como um suporte nas aulas e como “quebra galho”. Deste modo, percebe-se que os pontos fortes da coleção estão se sobressaindo aos pontos fracos, pois os professores procuram utilizar as atividades convenientes aos momentos de aprendizagem em sala de aula. As atividades julgadas ruins, que não levam ao exercício da cidadania, nem à criticidade do aluno, são deixadas de lado, fazendo com que o professor pesquise outras atividades mais prazerosas e estimulantes. De maneira geral, o livro proporciona a reflexão dos alunos e professores, estimulando o uso de variados recursos didáticos e tecnológicos, estando em conformidade com os preceitos da Escola Nova.

5. Considerações finais

A questão do livro didático vem sendo marcada por intensas transformações desde que, no país, começaram as discussões sobre o tema. Foi apenas em 1929 que o livro didático iniciou oficialmente seu trajeto como uma política pública educacional, com a inauguração do INL até 1985, com a implantação efetiva do PNLD. Desde então, o cenário educacional sofreu consideráveis mudanças. O livro didático acompanhou a todas elas, algumas vezes para melhorar o sistema educacional e outras sendo esquecido.

Apesar de serem consideradas como utópicas por muito tempo, algumas vertentes da Escola Nova foram de grande valia para a melhora da qualidade da educação, pois trouxeram contribuições de grandes pensadores de nível internacional e colaboraram para a modernização educacional do país.

Os escola-novistas brasileiros já previam que a mudança de hábitos e mentalidades seria um processo longo e inacabado. É inegável que o material didático impresso contribuiu enormemente para disseminar as ideias inovadoras. A Escola Nova sustentava que a escola era lugar privilegiado para reconstruir o projeto político-social do país. Suas tendências podem ser vistas atualmente nas escolas e métodos de ensino quando se fala em interdisciplinaridade e no desenvolvimento de projetos educacionais, situações presentes em vários fazeres escolares e que são defendidos como partes fundamentais para se formar um cidadão ativo e crítico, que se buscava desde a década de 20 e que se busca até hoje.

Diante do exposto, é visto que a trajetória do livro didático e a proposta reformista dos pensadores Pioneiros ocorreram paralelamente, em um cenário histórico-político significativo para o Brasil, em que a educação recebeu muitos subsídios e avançou em vários aspectos, mas também teve inegáveis retrocessos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sandra Regina Rodrigues do. Políticas públicas para o livro didático a partir de 1990: o PNLD e a regulamentação das escolhas do professor. In: *Anais da Semana da Educação*, Londrina, 2012, p. 1091-1103. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/politicaseducacionais/politicaspublishaparaolivrodidatico.pdf>.

Acesso em: 23-08-2013.

AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2010.

CAVALCANTE, A. P. R. et al. O livro didático como política educacional e o processo da sua escolha: uma experiência em municípios cearenses. In: XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino [Anais]. UNICAMP. Campinas: Junqueira e Marim, 2012, p. 1923-1934. Disponível em: <<http://www2.unimep.br/endipec/2169p.pdf>>.

Acesso em: 23-08-2013.

LIBÂNIO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1994.

MANTOVANI, Kátia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Múltiplas vozes na construção do PNLD. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Tereza Roserley Neubauer da. O livro didático: reflexões sobre critérios de seleção e utilização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol. 44, p. 98-101, fev. 1983.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O livro didático e a lei: o permitido e o proibido. In: FONSECA, Selva Guimarães; GATTI JR., Décio. (Orgs.). *Perspectivas do ensino de história: ensino, cidadania e consciência*. Uberlândia: Edufu, 2011.

VALDEMARIN, Vera Tereza. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010.